

Audiência Pública de Apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2024

Secretaria Municipal de Planejamento,
Orçamento e Gestão

CMBH, 26/05/2023



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

TRABALHANDO
POR UMA cidade
+ feliz

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Definição de diretrizes normativas para o orçamento do próximo exercício, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF – ***principais pontos:***

- ❑ Prioridades e metas
- ❑ Organização e estrutura dos orçamentos
- ❑ Diretrizes para a elaboração e para a execução dos orçamentos e suas alterações
- ❑ Disposições relativas às Despesas com Pessoal e com Encargos Sociais
- ❑ Disposições sobre alterações da legislação tributária do Município
- ❑ Anexos: Metas Fiscais e Riscos Fiscais



Prioridades e Metas

Art. 2º - As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2024, conforme o art. 127 da LOMBH, respeitadas as disposições constitucionais e legais, correspondem, para o Poder Executivo, às metas relativas ao exercício de 2024 definidas e constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2022-2025, cujo projeto de revisão será enviado ao Poder Legislativo até 30 de setembro do corrente exercício e serão adequadas às condições de implementação e gerenciamento dos projetos estratégicos, que terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual - LOA - de 2024, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observando-se as diretrizes estratégicas estabelecidas nas Áreas de Resultado.

Art. 3º – As metas específicas da administração pública municipal para o exercício de 2024 irão compor o anexo da LOA 2024 e o anexo da Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental para 2024-2025.



Diretrizes Gerais e específicas para elaboração e execução do orçamento

Art. 13 – Fica proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a origem da fonte de recurso correspondente e legalmente instituída a unidade executora ou unidade administrativa.

Art. 18 – Além da observância das prioridades fixadas no art. 2º, a LOA somente incluirá novos projetos se:

I – tiverem sido adequadamente atendidos os que estiverem em andamento;

II – estiverem em conformidade com o PPAG vigente ou previstos no projeto de revisão do planejamento a médio prazo;

III – apresentarem viabilidade técnica, econômica e financeira;

IV – tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.



Critérios e formas de limitação de empenho

Art. 30 – Ao final de um bimestre, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo I, será promovida a **limitação de empenho**, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo, levando em consideração a seguinte **ordem de prioridade na redução de gastos**:

- I – obras estruturantes;
- II – serviços de terceiros e encargos administrativos;
- III – obras de manutenção que objetivam a recuperação de danos ocorridos no equipamento existente.



Parâmetros Econômicos

	2024	2025	2026
Crescimento do PIB	2,3%	2,8%	2,4%
Inflação anual (IPCA)	3,5%	3,0%	3,0%

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias / 2024 do Governo Federal; cenário econômico projetado pelo Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Metas Fiscais Anuais – Resultado Primário*



TRABALHANDO
POR UMA cidade +
+ feliz

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	15.797.182.741	16.522.302.453	17.297.719.916
Aplicações Financeiras (II)	475.394.848	499.603.038	517.497.659
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	15.321.787.892	16.022.699.415	16.780.222.257
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	739.913.509	885.953.943	854.829.541
Operação de Crédito (V)	613.971.910	757.312.197	723.644.729
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VI)	-	-	-
Outras Alienações de Bens	68.061.789	70.097.063	72.192.043
Transferências Capital	10.007.369	10.089.972	9.932.753
Outras Receitas de Capital	47.872.440	48.454.712	49.060.016
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	125.941.599	128.641.747	131.184.812
RECEITAS PRIMÁRIAS (VIII) = (III + VII)	15.447.729.491	16.151.341.162	16.911.407.069
DESPESAS CORRENTES (IX)	13.233.995.809	13.762.412.041	14.246.984.484
Juros e Encargos da Dívida (X)	528.188.035	508.188.035	485.449.450
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XI) = (IX - X)	12.705.807.774	13.254.224.006	13.761.535.034
DESPESAS DE CAPITAL (XII)	1.494.008.459	1.574.354.787	1.701.813.976
Amortização da Dívida (XIII)	577.179.063	532.901.232	522.467.769
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XIV) = (XII - XIII)	916.829.397	1.041.453.555	1.179.346.207
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XV)	1.881.641.579	1.975.723.658	2.074.509.841
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVI) = (XI + XIV + XV)	15.504.278.750	16.271.401.219	17.015.391.082
RESULTADO PRIMÁRIO (VIII - XVI)	(56.549.259)	(120.060.057)	(103.984.013)

Fonte: SMF e SMPOG

* Corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, ou seja, as receitas previstas deduzidas de rendimentos de aplicações financeiras, de operações de crédito e de alienação de investimentos temporários e permanentes e despesas pagas (incluindo aqui o pagamento de Restos a Pagar) deduzidas as despesas de encargos e amortização da dívida. Representa a economia fiscal que o governo se disporá a alcançar visando a amortizar a dívida pública.

Metas Fiscais Anuais – Resultado Nominal*

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL



R\$ 1,00

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2021 (a)	2022 (b)	2023 (c)	2024 (d)	2025 (e)	2026 (f)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.214.529.437	4.221.474.972	4.281.132.072	4.602.383.464	4.968.683.273	5.332.401.907
DEDUÇÕES (II)	2.952.405.934	3.460.451.923	3.679.719.347	3.806.995.749	3.927.692.969	4.057.268.813
Disponibilidade de Caixa	2.738.689.144	3.122.003.478	3.330.353.780	3.456.864.841	3.573.278.378	3.702.077.820
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.214.525.747	3.584.036.371	3.808.837.793	3.950.783.016	4.078.220.968	4.209.769.608
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	475.836.603	308.845.854	320.355.714	330.689.230	341.356.067	342.103.861
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	153.187.040	158.128.299	163.228.945	163.586.524	165.587.926
Demais Haveres Financeiros	213.716.790	338.448.446	349.365.567	350.130.908	354.414.591	355.190.993
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.262.123.503	761.023.049	601.412.725	795.387.715	1.040.990.303	1.275.133.094
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha				(c - d)	(d - e)	(e - f)
				- 193.974.991	- 245.602.588	- 234.142.791

* O Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª Edição define a metodologia “abaixo da linha” para ser utilizada no cálculo do Resultado Nominal do exercício financeiro de 2024 e para os dois exercícios seguintes. Esta metodologia representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.



Estimativa da Renúncia de Receita

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.000,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	Desconto	Desconto por antecipação de pagamento	64.672,20	67.362,56	70.057,07	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal
IPTU	Isenção	Programas BH Nota 10, Esporte para Todos e PROEMP	107.694,29	112.174,37	116.661,35	
ITBI	Isenção	Isenções por limite de valor, PMCMV e Programas Habitacionais PAR, Urbel e Cohab	5.199,62	5.415,92	5.632,56	
ISSQN	Isenção	Atividades Culturais	15.715,56	16.369,32	17.024,10	
Tributos Mobiliários e Imobiliários (IPTU, TMCM, ISS Autônomo, TFLF, TFEP e TFS)	Remissão	Incapacidade Econômica e Financeira / Desastres Naturais (Dec. 15.682/2014)	4.711,30	4.907,29	5.103,58	
Taxas Mobiliárias (TFEP, TFLF e TFS)	Isenção	Incidente sobre engenhos de publicidade indicativos e institucionais.	81.221,57	84.600,39	87.984,40	
Taxas de Expediente	Isenção	Cobrança das taxas de expediente relativas a atos autorizativos	11.225,40	11.692,37	12.160,07	
TOTAL			290.439,94	302.522,24	314.623,13	

FONTE: Sistema SOF, Unidade Responsável SMF, Data da emissão 12/05/2023

Riscos Fiscais e Providências

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1.000,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	81.153	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas de custeio e pessoal.	81.153
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	81.153	SUBTOTAL	81.153

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas discricionárias.	122.491
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:	122.491		
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	122.491	SUBTOTAL	122.491
TOTAL	203.644	TOTAL	203.644

FONTE: Unidade Responsável SMPOG/SIMFA/PGM, Data da emissão 12/05/2023





PREFEITURA
BELO HORIZONTE

TRABALHANDO
POR UMA cidade
+ feliz

pbh.gov.br



